



História, Ciências, Saúde-Manguinhos

ISSN: 0104-5970

ISSN: 1678-4758

Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

Pereira, Ester Liberato; Bataglion, Giandra Anceski; Mazo, Janice Zarpellon
Equoterapia, saúde e esporte: figurações da prática no Rio Grande do Sul, 1970-2000
História, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol. 27, núm. 3, 2020, Julho-Setembro, pp. 879-897
Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000400010>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386164937010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Equoterapia, saúde e esporte: figurações da prática no Rio Grande do Sul, 1970-2000

Equine-assisted therapy, health and sports: figurations of the practice in the state of Rio Grande do Sul, 1970-2000

Ester Liberato Pereiraⁱ

ⁱ Professora, Programa de Pós-graduação em História e Departamento de Educação Física e do Desporto/ Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros – MG – Brasil
orcid.org/0000-0001-6193-9132
ester.pereira@unimontes.br

Giandra Anceski Bataglionⁱⁱ

ⁱⁱ Doutoranda, Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS – Brasil
orcid.org/0000-0001-8913-9874
giandraanceski@gmail.com

Janice Zarpellon Mazoⁱⁱⁱ

ⁱⁱⁱ Professora, Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano e Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS – Brasil
orcid.org/0000-0002-8215-0058
janice.mazo@ufrgs.br

Recebido em 20 dez. 2018.

Aprovado em 25 out. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702020000400010>

PEREIRA, Ester Liberato; BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Equoterapia, saúde e esporte: figurações da prática no Rio Grande do Sul, 1970-2000. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.3, jul.-set. 2020, p.879-897.

Resumo

Com base nos pressupostos teóricos de Norbert Elias, objetivou-se compreender as figurações da equoterapia no Rio Grande do Sul no período demarcado entre 1970 e 2000. Para tanto, o *corpus* documental da pesquisa foi composto por documentos oficiais, jornais e revistas. A partir do conceito de figuração, a documentação analisada evidenciou elementos técnico-científicos, acoplados às áreas da saúde, educação e equitação, provenientes do hipismo e compartilhados na prática da equoterapia. As inter-relações estabelecidas entre essas áreas possibilitaram que tal prática congregasse atributos e representações emanadas do cenário hípico. Assim, constituíram-se outras figurações no campo da equoterapia, envolvendo relações entre entidades que congregavam militares e civis.

Palavras-chave: terapia assistida por cavalos; saúde; equitação terapêutica.

Abstract

Based on the theoretical assumptions of Norbert Elias, we sought to understand the figurations of equine-assisted therapy in Rio Grande do Sul from 1970 to 2000. To this end, the research corpus consisted of official documents, newspapers and magazines. Based on the concept of figuration, the documentation analyzed demonstrated technical-scientific elements linked to the fields of healthcare, education and horseback riding, coming from equestrianism and shared in the practice of equine-assisted therapy. The interrelations established between these different areas allowed the practice to take on attributes and representations emanating from the equestrian world. Thus, other figurations were developed in the field of equine-assisted therapy involving relationships between military and civil entities.

Keywords: equine-assisted therapy; healthcare; therapeutic horseback riding.



A importância de compreender a prática da equoterapia à luz de noções históricas e socioculturais deve-se, notadamente, à relevância desse campo terapêutico, que não negligencia uma memória da ação do cavalo junto ao ser humano. Assim, a partir das inter-relações que se vêm processando, histórica e socialmente, no contexto das práticas equestres, são congregados e construídos conhecimentos educacionais, éticos e científicos entre distintas áreas do saber. Entre as práticas, a equoterapia ou equitação terapêutica é uma área de intervenção terapêutica que dispõe da atuação do cavalo como aliado e facilitador de uma abordagem interdisciplinar nos campos da saúde, educação e esporte (Leitão, 2004; Ande, s.d-a).

O termo equoterapia foi designado, no Brasil, pela Associação Nacional de Equoterapia (Ande-Brasil), entidade fundada em 1989, em Brasília, no Distrito Federal. É considerado um método terapêutico com certificação pelo Conselho Federal de Medicina (Parecer n.6/97) (Medeiros, Dias, 2002; Ande, s.d-a). E, desde seus primórdios no país, as pessoas com deficiência¹ são os principais sujeitos, tendo em vista as contribuições promovidas ao desenvolvimento dos aspectos físico-motor, social e emocional de seus praticantes (Leitão, 2004; Chaves, Almeida, 2018).

A temática da equoterapia, no cenário brasileiro e no caso do Rio Grande do Sul, ainda é pouco investigada, especialmente entre os anos 1970 e final dos anos 1990. Justamente, no começo do século XXI, a prática passou a contar com um número significativo de praticantes e estudiosos em todo o Brasil (Macca, 2001). Existem, hoje, aproximadamente, 260 centros de equoterapia no país (Ande, s.d-b), e o Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros que concentram alta quantidade de adeptos dessa prática equestre.

No Rio Grande do Sul, a equoterapia apresenta indícios históricos de uma relação com o hipismo, prática esportiva que adentrou o campo da saúde (Pereira, 2016). Ambas as práticas, bem como os agentes, as entidades, os espaços e os animais envolvidos, parecem ter estabelecido uma relação constante e ativa ao longo dos anos. Na década de 1990, no estado, evidenciaram-se as primeiras iniciativas de se contar com a participação do cavalo em um ambiente terapêutico. Até então, o cavalo atuava como meio de transporte, trabalho, lazer e na prática esportiva (Pereira, 2012). Do ponto de vista econômico, exerceu as atividades de sela (para o peão e o boiadeiro, nas labutas habituais à pecuária); de carga (nas caravanas ou cortejos); e de tração (“motor” de transportes de carregamento e de moagens). Na perspectiva social – compreendendo ostentação, presunção, brio e distinção social –, o cavalo cumpriu sua parte tanto na atribuição de sela quanto na de tração dos transportes. A partir da segunda metade do século XIX, são salientadas, na concepção social, as ações de esportes e lazer, como corrida e salto (CNA, 2004). Nesse íterim, conforme Pontes e Pereira (2014), a tendência a transformar em esporte as atividades hípicas faz emergir e despontar o hipismo nesta área.

Em um cenário constituído em torno do hipismo, a equoterapia apresenta suas primeiras manifestações junto aos espaços equestres. Desse modo, essa prática incorpora características e representações do hipismo no estado. Havia entidades hípicas constituídas por agentes dos grupos militares e civis que circulavam, frequentemente, nos mesmos espaços sociais e mantinham intensa e contínua interdependência entre si (Pereira, 2016). Pesquisas abalizaram como os vínculos entre esses segmentos sociais foram organizados a partir da

inserção de civis na prática do hipismo, incorporada ao cenário sul-rio-grandense pela ação de militares (Pereira, Silva, Mazo, 2015; Pereira, Bertoldi, 2016; Pereira, 2016). A partir desse contexto, objetivou-se compreender as figurações da equoterapia no Rio Grande do Sul no período entre 1970 e 2000. O seu recorte temporal inicial demarca os primeiros indícios da prática no Brasil, atrelados, sobretudo, a iniciativas militares. Por sua vez, o recorte final abaliza o período em que foram compostas conexões institucionalizadas entre a equoterapia e o hipismo, no Rio Grande do Sul. Ao esquadrinhar como essas práticas equestres foram produzidas e compartilhadas, buscou-se sustentação teórica no conceito de figuração, cunhado por Norbert Elias, o qual se refere “à teia de relações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras” (Elias, Dunning, 1992, p.25). Afinal, como o próprio autor refere, os pressupostos teóricos que aludem à existência de indivíduos ou de ações individuais sem a sociedade são tão irrealistas quanto outros que insinuam a existência das sociedades sem os indivíduos (Elias, 2001).

Nessa linha, para que o contexto das relações entre equoterapia, saúde e esporte seja descortinado, a fim de dar conta de apreender-se o enredamento da presença dessa prática no panorama sul-rio-grandense, merecem atenção, ao mesmo tempo, determinados aspectos relegados, por exemplo, as relações entre os diferentes atores dessas práticas equestres. Nessa conjuntura, o cavalo consiste em um dos elementos que compõem uma trama direta com a história e a concepção do Rio Grande do Sul. Trata-se do animal companheiro da labuta campeira do sul-rio-grandense, na qual apresenta, registrada, a sua relação desde os primórdios do desbravamento dessa região, e significou um componente essencial no desenvolvimento territorial e cultural do sul brasileiro.

Além disso, ainda consistiu parte fundamental na composição do campo esportivo em Porto Alegre. Concomitantemente à sua participação no trabalho dos sul-rio-grandenses, os equinos eram peças relevantes nos divertimentos dessa sociedade. As carreiras de cancha reta, espécie rural de corrida de cavalos, significaram uma prática corriqueira, tanto no interior do estado como na sua capital. Não obstante, no século XIX, essa tradição e cultura equestres transformaram-se, igualmente, em prática esportiva, que assumiu um amplo volume de seguidores em Porto Alegre. Tem-se, assim, que o ambiente e o espaço campeiros, sobre os quais tais esportes eram conduzidos, estavam sendo transformados pelos desenvolvimentos sociais e econômicos do início do século XIX (Munkwitz, 2018). De tal modo, o turfe, como foi denominado o esporte das corridas de cavalos, fez com que uma representativa estrutura se desenvolvesse em torno dessa prática, especialmente com o estabelecimento dos hipódromos. Logo, é possível perceber que as práticas esportivas a cavalo impactam o cenário do esporte e da história como um todo (Munkwitz, 2017). A despeito disto, De Hann e Dumbell (2016) constataram, por meio da análise da literatura, que o único esporte equestre que recebeu grande atenção dos historiadores do esporte é a corrida de cavalos.

Dessa forma, para melhor apreender a presença da equoterapia na sociedade sul-rio-grandense, faz-se importante situar as diferentes demandas do momento, caracterizado como um período de transformações no estado. Tais alterações compreenderam uma expansão da urbanização e do setor industrial, com uma consequente ampliação das desigualdades regionais, além de modificações expressivas que ecoaram diretamente nos

indicadores de desenvolvimento, notadamente as vinculadas à área da educação e da saúde (Rotta, 2012). Nesse panorama é que se necessita, inclusive, melhor analisar a relação da prática equoterapêutica e seus atores, ações e saberes, com distintas práticas corporais equestres e seus indivíduos, atos e conhecimentos, que se apresentavam e se legitimavam no mesmo período, como a prática esportiva do hipismo. Foi em razão de buscar esse enfoque que o referencial do sociólogo alemão Norbert Elias foi acionado e utilizado no estudo. Considerar que os indivíduos vivem em figurações significa articular que o ponto de partida de toda pesquisa sociológica consiste em uma pluralidade e multiplicidade de indivíduos, os quais, de uma maneira ou de outra, são interdependentes (Elias, 2001). Isso consistiria em afirmar que a prática da equoterapia é composta por atores eminentemente sociais e históricos. Tais indivíduos não existem solitariamente e são essenciais ao ambiente em que se encontram inseridos; trata-se de pessoas carregadas de cultura e saberes, e sua figuração de reflexão e ação é direcionada, estejam elas conscientes ou não, por suas percepções e manifestações perante a conjuntura sociocultural e histórica de seu período, que é produto de todo um passado.

A partir desse direcionamento, com o intuito de contemplar o objetivo proposto, foi realizada uma revisão bibliográfica em livros, artigos, teses e dissertações acerca do objeto pesquisado, sendo localizados, aproximadamente, cem artigos com referências ao hipismo e à equoterapia. O *corpus* documental da pesquisa foi composto por fontes de diversas naturezas, a saber: revistas, jornais, *Atlas do esporte do Rio Grande do Sul* (Mazo, Reppold Filho, 2005), *Atlas do esporte no Brasil* (Dacosta, 2006) e *Álbum do Rio Grande do Sul esportivo* – organizado, em 1919, por Antenor Lemos e Edmundo de Carvalho. Foram utilizados ainda documentos oficiais, tais como álbuns, discursos, atas e relatórios, além de correspondências oficiais, nas quais foram encontradas informações sobre a fundação das instituições que promoviam as práticas da equoterapia e do hipismo. A coleta de informações em documentos oficiais foi realizada no arquivo de sociedades hípias, centros de equoterapia, Associação Gaúcha de Equoterapia (AGE/RS), Federação Gaúcha dos Esportes Equestres e regimentos militares (3º Regimento de Cavalaria de Guarda do Exército – Regimento Osório; 4º Regimento de Polícia Montada – Regimento Bento Gonçalves).

Os jornais e revistas utilizados como fonte foram *Correio do Povo*, *Jornal do Hipismo*, revista *Hippus*, *Zero Hora*, *Jornal e Revista O Mensageiro* e jornal *NH*. O primeiro consiste no mais antigo jornal em circulação no estado do Rio Grande do Sul. Tal fonte foi obtida no acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. O *Jornal do Hipismo*, criado em 1994, foi acessado por intermédio de um acervo particular. A revista *Hippus*, dedicada à divulgação do desenvolvimento da equinocultura nacional e dos esportes hípicos, também foi acessada por meio de acervo particular. O jornal *Zero Hora* consiste em um dos maiores periódicos de circulação diária do Brasil, acessado, também, pelo acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. Por sua vez, o *Jornal e Revista O Mensageiro* procura apresentar aspectos gerais, de mobilidade, educação e esportes da cidade de Santo Ângelo e região das Missões, ao qual se teve acesso por meio de seu acervo digitalizado e disponível *on-line*. Ainda por meio de acervo digitalizado, teve-se acesso ao jornal *NH*, periódico que apresenta um claro contorno comunitário, destacando notícias de Novo Hamburgo, Campo Bom, Estância Velha, Taquara, Montenegro e outras 41 cidades que compõem o Vale dos

Sinos, Vale do Paranhana, Vale do Caí, Região Metropolitana, Região das Hortênsias e Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Ademais, utilizou-se uma reportagem do portal *on-line* da prefeitura de Farroupilha, município do estado. As notícias veiculadas nas fontes citadas foram classificadas a partir do editorial, da reportagem e do conteúdo.

Após a fase da coleta e registro das informações, a documentação foi arquivada segundo o local onde foi encontrada, de acordo com orientação de Pimentel (2001). Posteriormente, começou-se a problematizar as fontes, uma vez que, conforme Abreu (2008), essas não discorrem por si. Desse modo, as fontes coletadas foram submetidas à técnica de análise documental, atentando para três fases: catalogação, análise propriamente dita dos documentos e cruzamento de fontes. Na sequência, expomos os resultados obtidos por meio de uma interpretação dos indícios achados nas fontes consultadas.

A equoterapia no Brasil: primeiras figurações da prática

A obra socio-histórica do intelectual Norbert Elias alude, fundamentalmente, a modelos alteráveis de interdependência relativamente às relações de poder e força entre os indivíduos em sociedade. Ao sistematizar esse aspecto da história e das diferenças de poder, ele apresentou um aporte básico para a sociologia moderna. Em *Introdução à sociologia* (Elias, 1980), o autor defende uma nova explicação da sociologia do conhecimento para a sociedade atual. Argumenta que essa aborda as dificuldades da sociedade e está composta por nós e pelos outros, sendo que aquele que analisa e reflete sobre a sociedade é ele próprio um dos seus componentes.

Assim, os pressupostos teóricos de Elias guiam a análise das primeiras ações protagonizadas pela iniciativa de militares brasileiros, datadas do final da década de 1970, para divulgar a doutrina e a metodologia daquilo que viria a ser denominado equoterapia, em 1989. O general de cavalaria Ary Carracho Horne e o coronel de cavalaria R1 Lélío de Castro Cirillo, ambos já na reserva do Exército, ou seja, aposentados, desenvolveram pesquisas e registros de pessoas, visando à organização de uma associação que congregasse interessados na equoterapia. Simultaneamente, Gabriele Brigitte Walter, fisioterapeuta, psicóloga, instrutora de equitação e especialista em equoterapia com formação na Suíça, Itália e Alemanha, também pesquisava e trabalhava em prol da implantação dessa prática no Brasil.

Nessa direção, em 1988, um grupo de brasileiros, composto por militares e civis, foi à Europa com o intuito de adquirir mais conhecimentos sobre o assunto. De volta ao Brasil, em 10 de maio de 1989, esse grupo de brasileiros, entre eles os referidos general Horne e coronel Cirillo, fundaram a Ande-Brasil, uma instituição beneficente, localizada na Granja do Torto, na cidade de Brasília, no Distrito Federal (Ortiz, 2003; Medeiros, Dias, 2008). Ressalta-se que os fundadores tinham experiência como instrutores de equitação e vasto conhecimento sobre cavalos e buscavam disseminar os benefícios da prática da equitação, inclusive para as pessoas com deficiência. Desse modo, por intermédio da Ande-Brasil, a equoterapia foi institucionalizada no país. O desafio seguinte a ser enfrentado era formatar os embasamentos doutrinários, bem como instituir os cursos de capacitação e habilitação de profissionais para atuar no campo. Além desses, organizar uma estratégia

para conscientizar profissionais das áreas de saúde e da educação sobre os benefícios que a atividade equoterápica proporciona à pessoa com deficiência (Cirillo, 2010).

A Ande-Brasil também atua na regulamentação da equoterapia em nível nacional, reconhecendo ou não um determinado centro de equoterapia com base em uma série de requisitos necessários para estar habilitado a oferecer atendimento equoterapêutico para pessoas com deficiência. Ao cumprir com tais exigências mínimas, um centro de equoterapia pode filiar-se à Ande-Brasil e ser reconhecido por essa entidade, a fim de garantir a qualidade do seu trabalho. Vale citar que, atualmente, no Brasil, existem 261 centros de equoterapia filiados/agregados à Ande-Brasil, conforme dados do *site* da referida associação (Ande, s.d-b) e, desses, 28 estão localizados no estado do Rio Grande do Sul. Todavia, é possível que haja centros de equoterapia não filiados à entidade.

Um centro de equoterapia é uma entidade jurídica que dispõe de instalações físicas, cavalos e equipe de profissionais habilitada com, no mínimo: fisioterapeuta, psicólogo e instrutor de equitação. Nessa direção, desvela-se uma primeira relação entre a equoterapia e o hipismo, uma vez que as técnicas da prática terapêutica, bem como o treinamento dos cavalos para tal, os materiais de encilhamento utilizados, ou seja, toda a base de conhecimentos técnico-científicos e culturais desse método provém de uma equitação clássica vinculada ao hipismo (Cirillo, 2006).

Registros de tais saberes da equitação e do hipismo tradicional, que passaram a formar a base de conhecimentos da equoterapia, podem ser identificados, por exemplo, em livros e manuais produzidos pela Ande-Brasil, os quais, inclusive, conformam o material didático de muitos dos cursos de capacitação nesse método promovidos pela referida entidade. Tais manuscritos costumam ter como objetivo proporcionar, aos profissionais dos campos da equitação, saúde e educação, a apreensão do que é o cavalo e de subsídios essenciais da equitação que serão benéficos, segundo tais publicações, na prática da equitação e da equoterapia; além disso, ainda procuram “homogeneizar conhecimentos e nomenclaturas relativos às atividades equestres em geral e às ligadas à Equoterapia” (Cirillo, 2006, p.3). Ainda vale a ressalva de que, entre as principais finalidades da Ande-Brasil, está presente o estímulo à prática do esporte hípico, especialmente na concepção de novos valores (Ande, s.d-b).

Destacam-se, assim, entre tais conhecimentos, por exemplo, as técnicas de encilhamento dos animais, os métodos para montar o cavalo e dele apear bem como os procedimentos para segurar as rédeas, advindos do hipismo clássico. A posição do/a praticante de equoterapia também se baseia no posicionamento do/a cavaleiro/amazona de equitação clássica, assim como as andaduras ou andamentos, ou seja, os processos pelos quais ocorrem as diferentes possibilidades de locomoção do cavalo. Ainda podem-se citar, como alicerces técnicos da equoterapia, provindos da prática esportiva do hipismo clássico, os elementos das ajudas, isto é, os meios e as forças de pernas, mãos e os deslocamentos de peso corporal humano que se encontram à disposição do/a praticante para manejar ou conduzir o cavalo em todas as andaduras, direções e terrenos (Cirillo, 2006).

A partir disso, o processo de apropriação desses conhecimentos técnico-científicos de uma prática caracteristicamente esportiva para outra de caráter terapêutico manifesta-se, em primeira análise, por meio do principal elemento que ambas as práticas apresentam em comum: a presença e a participação do cavalo, bem como do seu entorno e manejo.

Desse modo, na equoterapia, o cavalo participa como um agente promotor de benefícios aos níveis físico, psíquico e social. Tais ganhos decorrem das técnicas e dos saberes descritos anteriormente, pois tais atividades, em geral, demandam a participação do ser humano como um todo integrado. Assim, a pessoa com deficiência que pratica a equoterapia participa de sua reabilitação, uma vez que interage com o cavalo.

De tal modo, por exemplo, ao aprender a encilhar um cavalo, o/a praticante desenvolve, entre outras capacidades, a força muscular; da mesma forma, ao aprender a posicionar-se a cavalo, conforme as técnicas do hipismo clássico, o/a praticante desenvolve um relaxamento corporal e mental, fundamental para alcançar a postura almejada e o alinhamento do centro de gravidade do ser humano com o do animal; para montar e apear do cavalo, desenvolve-se uma conscientização do próprio corpo, assim como um aperfeiçoamento da coordenação motora; ao aprender a técnica de segurar as rédeas da equitação clássica, percebe e desenvolve ainda mais sua noção de equilíbrio com base em seu assento, e não em suas mãos. E, não menos importante, a própria interação com o cavalo, abarcando os primeiros contatos e aproximações, os cuidados e manejos preliminares, a ação de montar e o manuseio final, desenvolvem, ainda, novas formas de socialização, autoestima e autoconfiança (Ande, s.d-b).

Por meio do capital cultural compartilhado entre o hipismo e a equoterapia, tem-se o primeiro indício de uma possível figuração cultural instituída entre eles. No entanto, um grande diferencial entre essas práticas reside nos seus desígnios, pois enquanto o hipismo apresenta finalidades fundamentalmente esportivas, a equoterapia tem um intuito reabilitativo, direcionado, principalmente, ao desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência (Ande, s.d-b).

Após anos de pesquisas, a constatação dos resultados levou o Conselho Federal de Medicina, em sessão plenária de 9 de abril de 1997, por meio do parecer n.6 de 1997, a reconhecer a equoterapia como um Método Terapêutico de Reabilitação Motora, que conta com a participação do cavalo em uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação (Toigo, Leal Júnior, Ávila, 2008; Medeiros, Dias, 2008). O cavalo constitui o agente promotor de ganhos físicos, psicológicos e educacionais, e o terapeuta, o agente facilitador desse método (Cirillo, 2002). Uma década depois, a equoterapia também foi regulamentada pelo Conselho Federal de Fisioterapia (Crefito), em 2008, como um recurso terapêutico da fisioterapia e da terapia ocupacional (Crefito, 2 abr. 2008).

Aliado ao reconhecimento da equoterapia, o emprego de práticas equestres como recurso terapêutico aumentou significativamente nas últimas décadas (Copetti et al., 2007). Isso se deve, primordialmente, segundo Alves (2009), aos resultados satisfatórios de estudos científicos na área biológica, psíquica e social, apresentados, desde 1996, em congressos que ocorrem a cada dois anos. Além disso, para Copetti (2009), a *Revista Brasileira de Equoterapia*, publicada pela Ande-Brasil desde 1998, também contribuiu com a disseminação da equoterapia e seus distintos programas no país. A prática da equoterapia é composta por quatro programas básicos: a hipoterapia,² a educação/reeducação,³ o pré-esportivo⁴ e a prática esportiva paraequestre. Esta última tem o intuito de preparar pessoas com deficiência para eventos e competições paraequestres como: hipismo adaptado,⁵ Jogos Paralímpicos,⁶ Olimpíadas Especiais⁷ e volteio equestre adaptado.⁸

O conceito esportivo da equoterapia efetivou-se a partir de 2000, tendo Gabriele Walter como uma das precursoras na promoção de cursos e apoio de entidades para a prática. A Confederação Brasileira de Hipismo (CBH) passou a regulamentar o esporte paraquestre no país a partir de 2002. No caso do Rio Grande do Sul, as primeiras iniciativas de organização de uma prática esportiva paraquestre possuem conexões com o estabelecimento da equoterapia no estado. De tal modo, no tópico a seguir, são abordadas as ações iniciais de construção do cenário de implantação e de desenvolvimento da equoterapia no Rio Grande do Sul, bem como de sua dependência mútua entre militares e civis. A fim de melhor compreender essas primeiras relações estabelecidas, pode-se utilizar a metáfora de um jogo simbólico. Essa se apresenta fértil para elucidar o movimento dessas relações de forças entre representações sociais de cada grupo – militares e civis – em uma figuração das entidades e dos sujeitos componentes desse panorama no estado.

Equoterapia no Rio Grande do Sul: uma figuração regional

Os processos humanos e sociais são representados, conforme Norbert Elias (1980), por pessoas que estão sujeitas às forças que as compelem, forças que, com efeito, são exercidas por essas pessoas sobre outras e sobre elas próprias. Nessa direção, a sociologia e o exercício de sua investigação a propósito da constituição da equoterapia necessitará voltar-se para o alcance de uma apreensão dessas forças, possibilitando domínio seguro de seus conhecimentos; dito de outra forma, trata-se de uma apreensão clara do jogo de forças e poderes políticos, educacionais e sociais presentes na conjuntura equoterápica, onde circulam profissionais das áreas da saúde, educação e equitação, além dos praticantes e seus familiares.

No Rio Grande do Sul, a prática da equoterapia é organizada, primeiramente, na capital, Porto Alegre, nas dependências da Brigada Militar, conforme reportagem do jornal *Correio do Povo* (BM retoma..., 12 jun. 2011), em janeiro de 1991, dois anos depois da fundação da Ande-Brasil, em Brasília. Assinala-se o pioneirismo da Brigada Militar no que concerne aos primórdios da participação do cavalo tanto no campo esportivo como no terapêutico no estado. Contudo, a prática, nas dependências da Brigada Militar, até os dias atuais, não foi reconhecida pela Ande-Brasil. É possível que tal não reconhecimento esteja relacionado ao não cumprimento dos requisitos mínimos exigidos de um centro de equoterapia. Por outro lado, também é plausível que esse fato seja consequência de pressões mútuas entre militares do Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar e militares do Regimento de Cavalaria de Guarda do Exército, em um jogo simbólico pela representação de pioneirismo e controle sobre a prática da equoterapia.

Assim, para compreender tais forças, basicamente, é preciso sobrepujar a prática de olhar para os indivíduos (profissionais das áreas da saúde, educação e equitação) como se constituíssem meros objetos. É em função disso que Elias (1980) rebate o fato de esse significado de afastamento ser reforçado por conceitos correntes na linguagem acadêmica e científica, especialmente decorrentes dos conhecimentos de ciências exatas. Conceitos como causalidade mecânica, modos de pensamento verdadeiros e absolutos, racionais ou lógicos, foram transferidos, indevidamente, para a explanação dos fenômenos sociais e

humanos. A partir disso, impediu-se que se desenvolvesse uma maneira mais apropriada de analisar as características e particularidades das figurações humanas.

Ao abordar o delineamento dos contornos dessa presumível disputa simbólica, tem-se que, enquanto o Exército havia estado à frente da composição inicial da equoterapia em nível nacional, a Brigada Militar havia sido a entidade pioneira na organização da prática do hipismo no Rio Grande do Sul. Além disso, pesa o fato de que a introdução da equoterapia em centros hípicos das unidades do Exército apresenta um amplo aspecto positivo para a representação da entidade diante da sociedade, visto que oferece base para as atividades equoterápicas em cidades do interior do país e conduz essa terapia para pessoas com deficiência. Vale aqui a ressalva de que o Exército brasileiro deixou de ser hipomóvel na década de 1970, transformando seus quartéis em tropas mecanizadas, restando, atualmente, três quartéis de cavalaria de guarda, sediados em Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Com o ofício de cultivar as tradições e os conhecimentos da cavalaria hipomóvel, os quartéis dessa arma podem conservar centros hípicos em suas dependências, com a finalidade de representar essas organizações militares (OM) em eventos hípicos, apoiar o ensino e o funcionamento de escolas para os militares e suas famílias, bem como para o público civil, podendo valer-se dos cavalos em sessões de equoterapia, desde que esses animais apresentem condições para participar dessa prática (Guimarães, 2010).

A partir dessas mudanças nas funções e significados de entidades, de profissões etc., pode-se reacender uma das importantes críticas de Norbert Elias, ao longo de sua obra, a qual consiste em que, quando se fala do indivíduo e de seu ambiente (do militar e do Exército), do indivíduo e da sociedade, ou do sujeito e do objeto, não se apresenta abertamente o fato de que o indivíduo é um componente de seu espaço, de sua família, de sua sociedade. Assim, os conceitos de profissões, áreas de conhecimento e de segmento social, por exemplo, acenam, basicamente, para grupos de seres humanos interdependentes, para as figurações específicas e características que as pessoas (profissionais, militares, civis, praticantes etc.) cultivam umas com as outras. Perante isso, Elias atenta para a necessidade de vigilância quanto ao problema de enxergar a sociedade e seus fenômenos como se constituíssem “coisas”, invariáveis e imutáveis.

Ao apresentar esse cenário, têm-se os primórdios dessa prática, reconhecidos oficialmente pela Ande-Brasil, na cidade de Porto Alegre, em janeiro de 1992, no 3º Regimento de Cavalaria de Guarda do Exército – Regimento Osório (3º RCG). Evidencia-se que a equoterapia foi organizada, tanto em nível nacional quanto em nível estadual, no Rio Grande do Sul, após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Tal ressalva faz-se importante, uma vez que a referida Constituição elegeu, como fundamentos da República, a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. II e III), e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988). Diante de tais fins, acendeu-se a preocupação com métodos que auxiliassem o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência.

Os próprios cuidados éticos das atividades equoterápicas, conforme a Ande-Brasil, são dirigidos com incondicional acatamento ao previsto na Constituição da República, no que tange aos direitos sociais dos/as brasileiros/as e estrangeiros/as residentes no país, sem

qualquer discriminação às pessoas com deficiência (Equoterapia..., 1995). A despeito de as relações do teor da Constituição de 1988 não terem sido exatamente o fator determinante da fundação da Ande-Brasil e dos centros de equoterapia no país, também se deve considerar o contexto sociocultural e político que direcionava iniciativas nas áreas da saúde e educação no país.

Nessa direção, contudo, é imprescindível revisar uma aparente relação de causa e efeito entre a promulgação da Constituição de 1988 e as práticas terapêuticas que são disseminadas nos anos 1990. Muito embora promulgado o texto constitucional, o qual previa o cuidado da saúde e a assistência pública, a integração social, a assistência social, bem como a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, tais políticas e ações de efetivação dependiam de regulação via legislação infraconstitucional (Sarlet, Figueiredo, 2008). Assim, com o fim do conflito político nacional da ditadura militar, culminado na Constituição de 1988, o que parece ter-se conquistado, de imediato, foi tão somente um contexto propício ao seguimento de uma discussão ainda incipiente no que tange a políticas sociais para grupos específicos e para o campo da assistência social, e também em novas discussões teóricas de profissões vinculadas às áreas da saúde e educação.

As dificuldades acendidas no cerne das relações sociais, que antes eram respondidas por métodos dirigidos pelo caráter clínico e biomédico, centralizadas na doença (os processos de patologizar uma suposta normalidade e de medicalizar o social), manifestavam contrassensos e contradições sociais e culturais (Cardinalli, 2017). Tratava-se, desse modo, de um cenário em que era preciso identificar novos caminhos e procurar possíveis encaminhamentos, cunhar diálogos para abordar, crítica e teoricamente, a diversidade das problemáticas (Lopes, 2004; Barros, 2004).

É nesse panorama que a participação do cavalo em práticas equestres, enquanto um recurso terapêutico da equoterapia, em entidades hípias do Rio Grande do Sul, tem seu período inicial no fim da década de 1990. É possível que um dos motivos relacionados ao pioneirismo militar, nos primórdios da prática no Rio Grande do Sul, seja o fato de que o modelo de organização existente em Brasília era o único até então. A capital do país apresentava-se, ainda, como única cidade que havia instalado um centro de equoterapia antes de Porto Alegre (Pereira, Züge, Mazo, 2016).

Identificam-se, portanto, as possibilidades de circularidade dos saberes entre atores, entidades e espaços. Retoma-se, assim, a dura análise do teórico Elias com relação à maneira clássica de discorrer a respeito dos indivíduos e da sociedade, e às maneiras comuns de refletir acerca dos grupos: “a nossa maneira tradicional de formar esses conceitos faz com que esses grupos formados por seres humanos interdependentes apareçam como bocados de matéria-objetos tais como as rochas, árvores ou casas” (Elias, 1980, p.14).

A interpretação das fontes utilizadas neste estudo abaliza indícios de que sujeitos vinculados ao meio militar fizeram-se presentes e atuantes, desde as ações iniciais voltadas para a equoterapia, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil. O primeiro Curso de Informações Técnicas sobre Equoterapia no país, inclusive, foi ministrado pela Escola de Equitação do Exército, no Rio de Janeiro, em 1995 (Curso..., 1995). Assim, ressalta-se, conforme discutido anteriormente, que os saberes do hipismo tradicional passaram a formar a base de conhecimentos da equoterapia.

Nessa direção, uma vez que o hipismo clássico foi formatado pelas cavalarias da Europa, entre os anos 1500 e 1900, representa um treinamento e um adestramento militares (Rodriguez, 2009). De tal modo, a partir dessa militarização inicial, tem-se arquitetadas representações dessa prática esportiva pautadas nesse contexto. O cavalo representou um fascínio antigo da oligarquia, caracterizada pelo requinte das aristocracias europeias. Isso porque o alto gasto com os cuidados do animal o apartava dos cidadãos civis de baixa renda e o transformava quase em domínio dos nobres e dos cavaleiros dos exércitos, restringindo-se, desse modo, a aproximação às práticas equestres (Pontes, Pereira, 2014). Nas entidades militares, o trato do cavalo era habitual e pretendia tornar a ação na montaria a melhor possível para atuação em eventuais batalhas e cerimônias. Assim, em um primeiro momento, a equoterapia passou por um processo de construção de sua identidade significativamente atrelado a representações marciais.

Dessa forma, representações militares tais como heroicidade, retidão, distinção, confiança, coragem, liderança, disciplina, força, poder e soberania, associadas à prática equestre do hipismo tradicional, são transpostas à equoterapia, em especial por meio da estruturação do ambiente e de conhecimentos e técnicas, como também por meio dos benefícios aos níveis psíquico e emocional proporcionados aos praticantes. Para sustentar tal observação, identificam-se, por exemplo, aproximações de tais representações em reportagem da revista *Hippus*, dedicada à divulgação do desenvolvimento da equinocultura nacional e dos esportes hípicos, quando da publicação de uma matéria dedicada à prática: “Geralmente, quando as crianças aprendem cedo a arte de montar, se tornam mais comunicativas, equilibradas, autoconfiantes, têm aguçado espírito de liderança e coragem” (Castellani, 1993, p.45). Outros exemplos ainda podem ser constatados em reportagens de jornais, como *Zero Hora*, ao intitular uma matéria sobre equoterapia com a expressão “Disciplina a galope”, apresentando e enfatizando tal prática como benéfica a “crianças com problemas em casa e na escola” (Seibt, 2012, p.1). O jornal *Correio do Povo*, por sua vez, ao tratar da prática terapêutica, enfatiza que “o cavalo exige, do praticante, postura, emoção, força e equilíbrio” (Equoterapia beneficia..., 2012, p.17).

Contudo, também há indicativos da participação de civis nessas iniciativas primordiais de estruturação da equoterapia, como é o caso das profissionais Vera Horne da Cruz, psicóloga, e Águeda Marques Mendes, pedagoga, além dos coronéis de cavalaria R1 do Exército Miron, Paulo Rafael Azambuja e do sargento Laerte Vaz da Silveira. Essa equipe, sediada no 3º RCG, pertencia ao Centro de Equoterapia Osório (CEO), filiado à Ande-Brasil. A aproximação da psicóloga Vera Horne da Cruz com a equoterapia ocorreu em agosto de 1991, por meio da sua participação no primeiro Curso e Encontro Nacional de Equoterapia, organizado pela Ande-Brasil, com a presença da doutora Daniéle Cittério, da Itália. Na época, o general Ary Carracho Horne, pai de Vera Horne da Cruz, era um dos diretores da Ande-Brasil juntamente com o coronel de cavalaria Lélío de Castro Cirillo. Após participar do evento, Vera Horne da Cruz foi à busca de um local para tentar implantar a prática e conheceu vários lugares que abrigavam cavalos ou que ofereciam aulas de equitação. Em dezembro de 1991, após visitas a parques de exposição, clubes hípicos e à própria Sociedade Hípica Porto Alegrense, uma entidade hípica consolidada no estado, resolveu partir para o que ela já conhecia, o quartel do 3º RCG, uma vez que seu pai havia comandado tal unidade em 1972.

Após três reuniões com os integrantes do comando local, teve permissão para iniciar o trabalho com equoterapia, desde que não cobrasse nenhum valor, e com o compromisso de acatar a solicitação do Comando quanto aos horários e à frequência da utilização do picadeiro, dos cavalos, dos auxiliares etc. O coronel Miron também havia participado do referido primeiro Curso e Encontro Nacional de Equoterapia, em Brasília, assim como o coronel Paulo Azambuja, também instrutor de equitação e, ambos com vasta experiência, se prontificaram a auxiliar nessa iniciativa. O sargento Laerte Vaz da Silveira foi indicado pelo comandante do 3º RCG no período. As demais profissionais, fisioterapeuta e pedagoga, foram selecionadas por Vera Horne da Cruz e não tinham qualquer ligação com o quartel.

Dessa forma, identifica-se uma dinâmica social que se produz no cerne de um segmento social – nesse caso, o exemplo de uma família, pai e filha, já ligados à prática, o que gera disposições exclusivas semelhantes em seus integrantes. Essa ideia está atrelada a um “saber social incorporado”, que auxilia a compreender as formas organizativas a partir de uma “história incorporada que implica o equilíbrio entre continuidade e mudança” (Elias, 1997, p.9), entre o passado e o futuro, entre uma geração e outra, que Elias denomina *habitus*. É possível, assim, que Vera Horne da Cruz tenha optado pelo caminho profissional da equoterapia em função dos valores e dos fundamentos culturais associados a essa prática e que lhe deram sustentação desde sua formação inicial. Contudo, por tratar-se de uma profissional civil, ao adentrar um espaço militar, a despeito de seu pai ter pertencido a esse meio, Vera Horne da Cruz e as demais profissionais civis, possivelmente, identificaram que a dinâmica social no interior do campo equoterápico, no Rio Grande do Sul, passava a ser gerida pelas lutas simbólicas, em que os sujeitos militares e civis buscavam cultivar ou transformar as relações de força e a repartição das formas de poder específico.

É possível que os processos de socialização, tanto no panorama do hipismo como no da equoterapia no Rio Grande do Sul tenham sido arrolados em meio a um jogo simbólico entre representações militares e civis. Ambas as práticas, hipismo e equoterapia, enquanto domínios socializadores, podem coexistir em uma relação de interdependência no contexto sul-rio-grandense, especialmente por ocasião do compartilhamento mútuo de espaço físico, cavalos e profissionais. Logo, a composição do CEO, primeira iniciativa, oficialmente reconhecida, direcionada à equoterapia no estado, abarcou disputas entre os profissionais, afora dividir espaço físico e social com uma entidade hípica militar já existente em torno do hipismo.

A disseminação da prática no Rio Grande do Sul seguiu à fronteira fluvial com a Argentina e o Uruguai, na cidade de Uruguaiana. Nessa localidade, situou-se o segundo centro de equoterapia do estado: o Centro de Equoterapia de Uruguaiana General Fidélis. Esse centro foi constituído em 21 de janeiro de 1992, desenvolvendo suas atividades nas dependências do Círculo Militar de Uruguaiana. Sua arquitetura foi direcionada pelo falecido general Fidélis Chaves Silveira, o qual, assim como Vera Horne da Cruz, também tomou parte, em Brasília, na Ande-Brasil, do primeiro Curso e Encontro Nacional de Equoterapia, em agosto de 1991 (História, s.d.).

Após sua participação no evento, o general Fidélis liderou o estabelecimento do centro com a finalidade de proporcionar, para a comunidade de Uruguaiana, a terapia complementar que apresenta o cavalo como um aliado e proporciona numerosos benefícios

terapêuticos. O centro funcionou, de modo experimental, até 1994, quando foi formada uma primeira diretoria, redigido o regulamento da entidade e ainda passou a contar com a equipe interdisciplinar. Consta que o trabalho alcançou eficácia e consistência com respaldo dos profissionais das áreas de saúde, como psicologia, fisioterapia, medicina e fonoaudiologia; educação, com a pedagogia e uma educadora especial; e equitação, com um professor de equitação.

Dessa forma, percebe-se que a disseminação da equoterapia, no Rio Grande do Sul, guiou-se pela orientação da Ande-Brasil, com base em seu curso e encontro, os quais divulgaram uma prática até então inédita no país. A partir dos sujeitos que frequentaram esse evento é que se localizam as iniciativas primordiais de organização do cenário da prática no estado. Faz-se importante pontuar, também, o fato de esse segundo centro de equoterapia ter sido disposto, principalmente, pela ação de um militar e ter sido alocado, também, em um espaço militar. Entretanto, assim como no caso do CEO, entre os sócios fundadores do centro encontravam-se, além do general e de tenentes e subtenente de cavalaria do Exército, profissionais civis das áreas de educação e saúde. Apresenta-se, assim, mais um indício da constituição da equoterapia sul-rio-grandense como um domínio socializador composto por sujeitos pertencentes a grupos sociais militares e grupos sociais civis em interdependência.

A própria Associação Gaúcha de Equoterapia (AGE-RS) foi constituída, em setembro de 1995, por ação de diversos militares e civis, apresentando, por origem, o Centro de Equoterapia Osório, além de demais centros existentes até então. A partir de 1997, foi constituído, pela pedagoga especial Águeda Mendes, pelo instrutor de equitação para equoterapia Álvaro Luiz Ortiz, pela fisioterapeuta Luciana Paiva e pela fonoaudióloga Lorena Ávila, o Centro de Equoterapia Porto Alegre (Cepa) (Ortiz, 2003). Após, foram agregados à equipe multidisciplinar de alta qualificação, a psicóloga Ivana Blos, a fonoaudióloga Lenora Ávila e o médico neurologista Sérgio Medeiros (Vargas, 31 maio 1998). Assim, o Cepa conforma-se como o primeiro centro de equoterapia com um caráter mais civil no Rio Grande do Sul, em função de seus fundadores, passando a atender, em sua maioria, crianças com diversos tipos de deficiência física e intelectual (Macca, 2001). O Cepa funcionou, em um primeiro momento, no Centro Equestre Vento Sul, um núcleo de equitação de lazer (Vargas, 31 maio 1998).

Em 2000, o cavaleiro, instrutor e sargento Laerte Vaz da Silveira, que em 1992 fez parte da primeira equipe de equoterapia do Rio Grande do Sul, inaugurou, na cidade de Osório, na região litorânea do estado, o Centro Hípico Vento Sul, em parceria com o Sindicato Rural da cidade (Vento Sul, 31 mar. 2001, p.3). Dois anos depois, em 2002, por força de legislação, foi cunhado o Centro Gaúcho de Equoterapia (CGE), substitutivo ao então Centro de Equoterapia Osório, que era, inclusive, uma divisão da AGE-RS (Rio Grande do Sul, 1995). Essa entidade promovia as práticas do hipismo – salto e adestramento – e equoterapia. Tem-se uma rede, entre as práticas do hipismo e da equoterapia, que se expande conforme os sujeitos se deslocam e constituem novos espaços equestres. Nesse caso, há também um militar que desenvolve, além de um centro hípico civil, ambas as práticas, simultaneamente, ao introduzi-las em uma região onde não havia qualquer registro delas. Pontua-se mais um exemplo de que os cenários de ambas as práticas não são pressionados pela forma com

que são constituídas, mas, sim, pelos sujeitos que as compõem e que mutuamente podem disputar seu controle e sua administração, além de contestar representações socioculturais militares e civis em um jogo simbólico.

De acordo com reportagem do *Jornal e Revista O Mensageiro*, uma ação inédita no estado, com a finalidade de proporcionar esporte e lazer para pessoas com deficiência, somente se deu em 2014, quando a Associação dos Amigos do Centro Missioneiro de Equoterapia Santo Ângelo Custódio, que já empregava a equitação com intuitos terapêuticos, passava a trabalhar para consolidar o projeto Paraequestre (Paraequestre, 2014). Ao acessar o jornal *NH*, tem-se acesso, também, a uma das poucas iniciativas ligadas à prática esportiva paraequestre no estado. Ali, apresenta-se mais uma ação pontual de um ainda acanhado panorama dessa prática no Rio Grande do Sul, bem como uma relação de predominância do hipismo sobre esse contexto. Trata-se de um caso em que o tratamento equoterápico de um praticante despontou, expressivamente, por meio de sua conformação esportiva no hipismo paraequestre, e, dessa forma, posteriormente, foi aberto caminho para o hipismo clássico. Esse processo é narrado em reportagem do jornal *NH* acerca da trajetória do cavaleiro Ramon Jaeger, natural da cidade de Novo Hamburgo, situada na região metropolitana de Porto Alegre (Equoterapia..., 2012).

Contudo, no Rio Grande do Sul, o cenário de práticas associadas ao esporte paraequestre encontra-se organizado de forma incipiente, se confrontado com as demais modalidades esportivas adaptadas às pessoas com deficiência, desenvolvidas no estado. Um exemplo disso pode ser evidenciado na reportagem do jornal *Zero Hora*, “Equoterapia para transformar vidas”, a qual descreve casos de crianças com distintas deficiências, que obtiveram benefícios em seus aspectos biopsicossociais ao dispor da equoterapia na Organização Não Governamental (ONG) Passo Amigo, do município de Vacaria, no Rio Grande do Sul. Conforme descrição da reportagem, essa ONG iniciou suas atividades de equoterapia há nove anos para atender pacientes que possuíam indicação médica para a prática (Equoterapia..., 2019, p.16). Acerca desse panorama, vale referir a regulamentação da equoterapia como meio de reabilitação das pessoas com deficiência pela lei n.13.830, de 13 de maio de 2019 (Brasil, 13 maio 2019). Com isso, a prática deixa de ser complementar a outras formas de tratamento, passando a ser reconhecida como um método de reabilitação para as pessoas com deficiência, assim como a fisioterapia, a terapia ocupacional, entre outras áreas. Nessa lógica, espera-se que esse atendimento seja garantido pelo Estado àquelas pessoas que recebem indicação médica para tal, de modo a transformar a realidade dos serviços equoterapêuticos que dependem de ações beneficentes para a manutenção de suas atividades, como é o caso da Associação de Pais e Amigos do Autista de Farroupilha (Amafa), do município de Farroupilha, no Rio Grande do Sul, que oferece equoterapia a crianças e jovens com transtorno do espectro autista (Especial..., 2018).

Considerações finais

Ao considerar o objetivo proposto de compreender as figurações da equoterapia no Rio Grande do Sul, no período demarcado entre os anos 1970 e 2000, as fontes analisadas revelaram que, somente no início da década de 1990, os cavalos passaram a participar

de práticas com fins terapêuticas no estado. Ao longo do processo de desenvolvimento e propagação da prática equoterápica no Rio Grande do Sul, foi identificado um equilíbrio de poder entre as forças representativas da equoterapia e do hipismo, bem como retroalimentação entre ambas as práticas no que se refere ao compartilhamento de conhecimentos, técnicas, cavalos, profissionais, espaços físicos e sociais.

Dessa forma, como apontado pela teoria de Elias, os jogos de competição configuram-se como um componente constituinte de todas as relações humanas. Isto é, consecutivamente, acontecem provas de força maiores ou menores entre as pessoas: serei eu (profissional da área da saúde ou da educação ou da equitação) o mais forte? Serás tu (o militar ou civil) o mais forte? Depois de determinado tempo, é presumível que se chegue a certo equilíbrio e balanceamento de poder e domínio que, conforme as circunstâncias e os casos individuais e sociais, poderá ser estável ou instável. Os modelos de jogos abordados por Elias podem auxiliar em uma melhor apreensão de tal equilíbrio de poder não como um acontecimento extraordinário, mas como algo coloquial. As diferenças de poder podem ser densamente expressivas ou relativamente influenciáveis; independentemente disso, o equilíbrio jaz, continuamente, onde houver uma interdependência funcional entre pessoas. Isso porque o poder e o domínio não consistem em objetos que um sujeito tenha e outro não, mas constituem um atributo estrutural de todas as relações humanas.

Foi nessa direção que a equoterapia no Rio Grande do Sul foi constituída por representações de uma identidade militar ligada ao hipismo clássico no estado, uma vez que, além de os saberes do hipismo tradicional, cunhado, em grande medida, entre os muros da caserna, constituíram a base de conhecimentos técnico-científicos da equoterapia, as primeiras iniciativas de implantação de centros direcionados à prática deram-se em unidades de cavalaria do Exército e da Polícia Militar estadual. Por meio da ideia de disputa simbólica, compreendeu-se a existência de um movimento de relações de forças entre representações sociais de cada grupo – militares e civis – em uma figuração das entidades e dos sujeitos componentes desse panorama no estado. Nesse cenário, a equoterapia, composta também por práticas esportivas paraquestres, tinha, no hipismo, a sua predominância nesse programa. Assim, é provável que tanto o hipismo clássico como a equoterapia, particularmente por meio da prática do adestramento paraquestre, estejam associados a representações sociais semelhantes, estruturadas com base em uma maneira distinta de se viver, vinculada às elites e ao treinamento militar.

A partir do enfoque dos modelos de jogos abalizados por Elias (1980), tem-se que o equilíbrio e a estabilização de poder e domínio não estão, exclusivamente, no amplo campo das relações entre os estados, onde constituem, comumente, um espetáculo, atraindo ampla atenção. Compõem um elemento absoluto de todas as relações humanas. Logo, ainda deve-se ter presente que o equilíbrio de poder, assim como de uma maneira genérica, as relações humanas, é, pelo menos, bipolar e, frequentemente, multipolar.

NOTAS

¹ Termo em conformidade com o artigo 2º, da lei n.13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência –, em que se considera pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento

de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 6 jul. 2015).

² A hipoterapia é direcionada, sobretudo, ao campo da reabilitação, a pessoas com deficiência física ou intelectual, que apresentam dificuldades para permanecer sozinhas sobre o cavalo. Assim, precisam de um mediador montado ou a pé para auxiliar nos exercícios planejados (Ande, s.d-c).

³ A educação/reeducação constitui um programa que pode ser realizado nos campos de reabilitação e ensino. Nesse caso, o praticante apresenta condições de desempenhar alguma atuação sobre o cavalo e conduzi-lo, dependendo em menor grau do auxiliar-guia e do auxiliar-lateral (Ande, s.d-c).

⁴ O programa pré-esportivo envolve os campos educacional e de reabilitação. Nesse programa, o praticante apresenta qualidades próprias para agir e conduzir o cavalo, podendo praticar exercícios característicos de hipismo (Ande, s.d-c).

⁵ O hipismo adaptado é uma modalidade de competição, dentro de uma apreciação festiva, adaptada ao praticante de equoterapia, normatizada, coordenada, em âmbito nacional, pela Associação Nacional de Desportos para Deficientes e que realiza eventos dessa prática.

⁶ Os Jogos Paralímpicos (JP) são uma competição esportiva de alto rendimento destinada a atletas com deficiência física, visual e intelectual. O hipismo, em particular o adestramento paraequestre, constitui uma das modalidades esportivas presentes nos JP de Verão (Almeida, Carmo, Rodriguez, 2012), na qual competem atletas do sexo masculino e feminino com deficiência física ou visual. Essa prática foi exibida em 1984, nos JP de Nova York, nos EUA, e teve sua apresentação oficial em 1996, nos JP de Atlanta, na Geórgia. O adestramento paraequestre é regulado pela Federação Equestre Internacional (FEI) e, no Brasil, pela Confederação Brasileira de Hipismo (CBH) (CPB, s.d.).

⁷ As Olimpíadas Especiais são um evento destinado à participação de pessoas com deficiência intelectual que objetivem apenas a participação e não o alto desempenho; regulamentado pela Special Olympics Brasil.

⁸ O volteio equestre adaptado é composto por exercícios realizados sobre o cavalo, que se move em círculos, conduzido por um cavaleiro por intermédio de uma “guia longa”. Deverá ser regulamentado pela FEI, tornando-se, conseqüentemente, mais uma prática esportiva equestre paralímpica. O volteio equestre adaptado, possivelmente, apresentará um desenvolvimento bem maior que o adestramento paraequestre, em razão dos seguintes motivos: poderá ser exercido individualmente, em dupla e, o mais importante, em equipe; com a participação de um mesmo cavalo por várias equipes, tornando a competição mais simples de organizar e mais econômica comparada ao adestramento; e o número de atletas favorecidos pela competição será bem maior, reforçando os conceitos de colaboração, respeito e espírito de equipe.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de. Pesquisa e análise documental. In: Jornada de Educação e Ciências Sociais, 4., 2008, Anápolis. *Anais....* Anápolis: Unievangelica. Disponível em: <<http://www.unievangelica.edu.br/gc/imagens/noticias/1817/file/01.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2020. 2008.

ALMEIDA, José Júlio Gavião de; CARMO, Isadora Augusta Carneiro da Fontoura do; RODRIGUEZ, Joyce Jamile Hiar. Hipismo. In: Mello, Marco Túlio de; Winckler, Ciro. *Esporte paralímpico*. São Paulo: Atheneu. p.149-160. 2012.

ALVES, Eveli Maluf Rodrigues. *Prática em equoterapia: uma abordagem fisioterápica*. São Paulo: Atheneu. 2009.

ANDE. Associação Nacional de Equoterapia. *Portal*. Brasília: Ande-Brasil. Disponível em: <<http://www.ande.org.br/>>.

www.equoterapia.org.br/site/>. Acesso em: 7 dez. 2018. s.d-a.

ANDE. Associação Nacional de Equoterapia. *Portal*. Busca de centros. Brasília: Ande-Brasil. Disponível em: <http://equoterapia.org.br/submit_forms/index/miid/148/a/us/sfid/3>. Acesso em: 7 dez. 2018. s.d-b.

ANDE. Associação Brasileira de Equoterapia. *Portal*. Equoterapia. Brasília: Ande-Brasil. Disponível em: <http://equoterapia.org.br/articles/index/articles_list/138/81/0>. Acesso em: 7 dez. 2018. s.d-c.

BARROS, Denise Dias. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v.15, n.3, p.90-97. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13945>>. Acesso em: 8 abr. 2019. 2004.

BM RETOMA...

BM retoma atividades em Equoterapia. *Correio do Povo*. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=255&Caderno=0&Noticia=304017>>. Acesso em: 5 jul. 2017. 12 jun. 2011.

BRASIL.

Lei n.13.830, de 13 de maio de 2019. Dispõe sobre a prática da equoterapia. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/708039393/lei-13830-19>>. Acesso em: 25 maio 2019. 13 maio 2019.

BRASIL.

Lei n.13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 5 nov. 2017. 6 jul. 2015.

BRASIL.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. 1988.

CARDINALLI, Isadora.

Conhecimentos da terapia ocupacional no Brasil: um estudo sobre trajetórias e produções. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8496/DissIC.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 8 abr. 2019. 2017.

CASTELLANI, Stella.

Equoterapia: uma nova experiência. *Hippus*, n.161, p.45-47. 1993.

CHAVES, Larissa Oliveira; ALMEIDA, Rogério José de.

Os benefícios da equoterapia em crianças com síndrome de Down. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v.26, n.2, p.153-159. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/6873/pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018. 2018.

CIRILLO, Lélío de Castro.

Prefácio. In: Severo, José Torquato. *Equoterapia: equitação, saúde e educação*. São Paulo: Editora Senac. 2010.

CIRILLO, Lélío de Castro.

O cavalo e a equitação: conhecimentos fundamentais. Brasília: Associação Nacional de Equoterapia. 2006.

CIRILLO, Lélío de Castro.

Fundamentos doutrinários da equoterapia no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Equoterapia, 2., 2002, São Paulo. *Coletânea de trabalhos...* São Paulo: Ande-Brasil. 2002.

CNA.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Estudo do complexo do agronegócio cavalo*. Brasília: CNA. 2004.

COPETTI, Fernando.

Convite aos colaboradores. *Revista Brasileira de Equoterapia*, n.19, p.3-4. 2009.

COPETTI, Fernando et al.

Comportamento angular do andar de crianças com síndrome de Down após intervenção com equoterapia. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v.11, n.6, p.503-507. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n6/v11n6a13.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2017. 2007.

CPB.

Comitê Paralímpico Brasileiro. *Portal*. Hipismo. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/modalidades-visualizacao/-/asset_publisher/4O6JOGZOhDhG/content/id/22747>. Acesso em: 18 out. 2018. s.d.

CREFITO.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Dispõe sobre o reconhecimento da equoterapia como recurso terapêutico da fisioterapia e da terapia ocupacional e dá outras providências. Resolução n.348, de 27 de março de 2008. *Diário Oficial da União*, n.63, seção 1, p.150. 2 abr. 2008.

CURSO...

Curso de Informações Técnicas sobre Equoterapia. *Equoterapia: ciência, cavalo, reabilitação*, ano 4, n.1, p.1-7. 1995.

DACOSTA, Lamartine (Org.).

Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação Física. 2006.

DE HAAN, Donna; DUMBELL, Lucy Claire. Equestrian sport at the Olympic Games from 1900 to 1948. *The International Journal of the History of Sport*, v.33, n.6-7, p.648-665. 2016.

ELIAS, Norbert.

A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

ELIAS, Norbert.

Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.

ELIAS, Norbert.

Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70. 1980.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric.

A busca da excitação. Lisboa: Difel. 1992.

EQUOTERAPIA...

Equoterapia para transformar vidas. *Zero Hora*, p.16-18. 2019.

EQUOTERAPIA...

Equoterapia: a cura com a ajuda do cavalo. *Mundo Pet. Jornal NH*, p.4-5. 2012.

EQUOTERAPIA.

Equoterapia: ciência, cavalo, reabilitação, ano 4, n.1, p.7. 1995.

EQUOTERAPIA BENEFICIA...

Equoterapia beneficia a saúde. *Correio do Povo*, p.17. 2012.

ESPECIAL...

Especial Nossa Farroupilha: saiba como ajudar projetos sociais através da destinação do seu imposto de renda. *Portal da Prefeitura de Farroupilha*. Disponível em: <<http://farroupilha.rs.gov.br/2018/02/21/especial-nossa-farroupilha-terapia-com-cavalos-auxilia-na-socializacao-de-criancas-e-adolescentes-autistas/>>. Acesso em: 30 maio 2019. 2018.

GUIMARÃES, William Henrique.

Equitação terapêutica em uma organização militar do exército brasileiro: condições legais para implantação. Monografia (Especialização em Equitação) – Escola de Equitação do Exército, Rio de Janeiro. 2010.

HISTÓRIA.

Centro de Equoterapia de Uruguaiana General Fidélis. Disponível em: <<http://www.equogenfidelis.org.br/historia/>>. Acesso em: 5 nov. 2017. s.d.

LEITÃO, Leopoldo Gonçalves.

Relações terapêuticas: um estudo exploratório sobre equitação psicoeducacional (EPE) e autismo. *Análise Psicológica*, v.22, n.2, p.335-354. Disponível em: <<http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/192>>. Acesso em: 16 dez. 2018. 2004.

LEMOS, Antenor; CARVALHO, Edmundo (Org.). *Álbum d'O Rio Grande do Sul esportivo*. Porto Alegre: Livraria do Globo. 1919.

LOPES, Roseli Esquerdo.

Terapia ocupacional em São Paulo: um percurso singular e geral. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, v.12, n.2, p.75-88. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/181>>. Acesso em: 8 abr. 2019. 2004.

MACCA, Marcelo.

Cuidados pela vida: um olhar sobre saúde e cidadania no Brasil. São Paulo: Terra Virgem. 2001.

MAZO, Janice Zarpellon; REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo (Org.).

Atlas do esporte no Rio Grande do Sul: atlas do esporte, educação física e atividades de saúde e lazer no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Cref2-RS. 2005.

MEDEIROS, Mylena; DIAS, Emília.

Equoterapia: noções elementares e aspectos neurocientíficos. Rio de Janeiro: Revinter. 2008.

MEDEIROS, Mylena; DIAS, Emília.

Equoterapia: bases e fundamentos. Rio de Janeiro: Revinter. 2002.

MUNKWITZ, Erica.

Designing Diana: female sports entrepreneurs and equestrian innovation. *The International Journal of the History of Sport*, v.35, n.7-8, p.745-766. 2018.

MUNKWITZ, Erica.

"The master is the mistress": women and fox hunting as sports coaching in Britain. *Sport in History*, v.37, n.4, p.395-422. 2017.

ORTIZ, Álvaro Luiz Messias.

Histórico e a implantação da equoterapia no mundo e no Brasil: uma trajetória de práticas e teoria. Monografia (Especialização em Equoterapia) – Universidade de Brasília, Brasília. 2003.

PARAEQUESTRE.

Proposta inédita de hipismo adaptado para lazer e esporte. *Jornal e Revista O Mensageiro*, ano 17, n.291. Disponível em: <<http://jom.com.br/geral/paraequestre-proposta-inedita-de-hipismo-adaptado-para-lazer-e-esporte.html>>. Acesso em: 10 ago. 2020. 2014.

PEREIRA, Ester Liberato.

Configurações sócio-históricas da equitação no Rio Grande do Sul: uma investigação das redes de interdependência nas práticas esportivas equestres. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/148775>>. Acesso em: 9 nov. 2017. 2016.

PEREIRA, Ester Liberato.

As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo da esportivização. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/56768>>. Acesso em: 9 nov. 2017. 2012.

PEREIRA, Ester Liberato; BERTOLDI, Rafaela.

Do equestre ao paraequestre: representações sociais nas memórias de um salto hípico. In: Encontro Nacional de História Oral, 13., 2016, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação Brasileira de História Oral. p.1-8. 2016.

PEREIRA, Ester Liberato; SILVA, Carolina Fernandes; MAZO, Janice Zarpellon.

As primeiras participações de atletas do hipismo sul-rio-grandense em Jogos Olímpicos. *Revista*

Brasileira de Educação Física e Esporte, v.29, n.1, p.47-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092015000100047&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 dez. 2018. 2015.

PEREIRA, Ester Liberato; ZÜGE, Roberta Mara; MAZO, Janice Zarpellon.

O cavalo como recurso terapêutico da equoterapia em entidades hípias de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Equoterapia*, n.25, p.25-35. 2016.

PIMENTEL, Alessandra.

O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, n.114, p.179-195. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 nov. 2017. 2001.

PONTES, Vanessa Silva; PEREIRA; Erik Giuseppe Barbosa.

Sob rédeas curtas, de cabelos longos: reflexões sobre mulheres no hipismo. Ensaios. *Movimento*, v.20, n.3, p.1197-1222. 2014.

RIO GRANDE DO SUL (Estado).

Estatuto da Associação Gaúcha de Equoterapia (AGE-RS). Dispõe sobre as leis que regem a referida associação. Porto Alegre: AGE-RS. 1995.

RODRIGUEZ, Joyce Jamile Hiar.

Iniciação ao hipismo, o seu contexto e a utilização dos jogos e diferentes possibilidades para as crianças. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.

ROTTA, Edemar.

Desenvolvimento regional e políticas sociais: um estudo do noroeste do Rio Grande do Sul na primeira década do século XXI. *Textos e Contextos*, v.11, n.1, p.74-91. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8918>>. Acesso em: 16 dez. 2018. 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang; FIGUEIREDO, Mariana Filchtner.

Algumas considerações sobre o direito fundamental à proteção e promoção da saúde aos 20 anos da Constituição Federal de 1988. *Revista de Direito do Consumidor*, v.17, n.67, p.125-172. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/84314>>. Acesso em: 8 abr. 2019. 2008.

SEIBT, Taís.

Disciplina a galope. Meu filho. *Zero Hora*, n.401, p.1. 2012.

TOIGO, Tiago; LEAL JÚNIOR, Ernesto César Pinto; ÁVILA, Simone Nunes.

O uso da equoterapia como recurso terapêutico para melhora do equilíbrio estático em indivíduos da terceira idade. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v.11, n.3, p.391-403. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232008000300391&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 abr. 2017. 2008.

VARGAS, Letícia.

Banco Crefisul apoiando o hipismo gaúcho. Lances do Hipismo. *Jornal do Hipismo*, ano 5, n.48, p.2. 31 maio 1998.

VENTO SUL.

Vento Sul. *Jornal do Hipismo*, ano 7, n.67, p.3. 31 mar. 2001.

